



PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE FORMAÇÃO DE CONTRATO PÚBLICO

TIPO DE PROCEDIMENTO

Consulta Prévia – Procedimento n.º 001/02/2022/GCM

OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de serviços de imagem, estratégia e comunicação institucional

PEÇA DO PROCEDIMENTO

Caderno de Encargos

CADERNO DE ENCARGOS

(Artigos 40 e 42.º do Código dos Contratos Públicos)

Procedimento Pré-contratual para a formação de contrato de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMAGEM, ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Aprovado em

____/____/____

O Presidente do Conselho de Administração

Secção I.....	4
Disposições gerais	4
Cláusula 1ª – Definições	4
Cláusula 2ª – Objeto contratual	4
Cláusula 3ª – Disposições por que se rege (m) o (s) CONTRATO (s)	4
Cláusula 4ª – Prazo de execução.....	6
Cláusula 5ª – Local da prestação de serviços	7
Secção II.....	7
Obrigações das partes	7
Cláusula 6ª – Obrigações principais do ADJUDICATÁRIO	7
Cláusula 7ª – Obrigações da ENTIDADE CONTRATANTE	8
Cláusula 8ª – Preço Base	8
Cláusula 9ª – Preço Contratual.....	9
Cláusula 10ª – Revisão de preços.....	9
Cláusula 11ª – Aceitação dos serviços	9
Cláusula 12ª – Condições de pagamento.....	9
Secção III.....	10
Das relações entre as partes no CONTRATO.....	10
Cláusula 13ª – Dever de sigilo	10
Cláusula 14ª – Patentes, licenças e marcas registadas	12
Cláusula 15ª – Proteção de dados pessoais – conformidade legal.....	13
Cláusula 16ª – Utilização dos sistemas de informação	14
Cláusula 17ª – Cessão da posição contratual e subcontratação.....	14

Cláusula 18ª – Gestão do CONTRATO	15
Cláusula 19ª – Execução da caução.....	16
Cláusula 20ª – Responsabilidade das partes	17
Cláusula 21ª – Penalidades contratuais	17
Cláusula 22ª – Força maior.....	18
Cláusula 23ª – Resolução do contrato	19
Cláusula 24ª – Modificação Objetiva do Contrato	20
Cláusula 25ª – Seguros	20
Cláusula 26ª – Comunicações e notificações	20
Cláusula 27ª – Contagem dos prazos	21
Cláusula 28ª – Legislação aplicável e Foro competente	21
Anexo I.....	22
Especificações Técnicas.....	22
Cláusula 1ª – Âmbito dos Serviços	22
Cláusula 2ª – Objetivos estratégicos a alcançar.....	22
Cláusula 3ª – Ações a desenvolver	22
Cláusula 4ª – Meios de comunicação a utilizar.....	24
Anexo II.....	25
Declaração de aceitação	25
Anexo III.....	26
Termo de Confidencialidade e Ausência de Conflito de Interesses	26

Secção I

Disposições gerais

Cláusula 1ª – Definições

Para efeitos do disposto no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, os seguintes termos, quando grafados em SMALL CAPS, no singular ou no plural, e salvo se do Caderno de Encargos resultar claramente sentido diferente, têm o seguinte significado:

- a) ADJUDICATÁRIO: a entidade adjudicatária no âmbito do presente procedimento;
- b) CONTRATO: O Contrato de Aquisição de Serviços de Imagem, Estratégia e Comunicação Institucional;
- c) CCP: Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- d) ENTIDADE CONTRATANTE: ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.;
- e) RGPD: o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 2ª – Objeto contratual

O CONTRATO a celebrar tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a ENTIDADE CONTRATANTE e o ADJUDICATÁRIO, mediante a fixação dos termos da **aquisição de Serviços de imagem, estratégia e comunicação institucional para a ABMG, E.I.M., S.A.**, nos termos melhor identificados nas especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 3ª – Disposições por que se rege (m) o (s) CONTRATO (s)

1 – O CONTRATO é reduzido a escrito.

2 – Faz parte integrante do CONTRATO, quando este for reduzido a escrito, um clausulado que deve conter os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do CONTRATO;
- c) A descrição do objeto do CONTRATO;
- d) O preço contratual ou preço a receber pela ENTIDADE CONTRATANTE ou, na impossibilidade do seu cálculo, os elementos necessários à sua determinação;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do CONTRATO;
- f) Os ajustamentos aceites pelo ADJUDICATÁRIO;
- g) A referência à caução prestada pelo ADJUDICATÁRIO;
- h) Se for o caso, a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao CONTRATO, a realizar no ano económico da celebração do mesmo, ou no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o CONTRATO em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa;
- i) A identificação do gestor do CONTRATO em nome da ENTIDADE CONTRATANTE, nos termos do artigo 290.º A do CCP;
- j) As eventuais condições de modificação do CONTRATO expressamente previstas no Caderno de Encargos, incluindo cláusulas de revisão ou opção, claras, precisas e inequívocas.

3 – Fazem sempre parte integrante do CONTRATO, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO;

4 – Sempre que a ENTIDADE CONTRATANTE considere conveniente, o clausulado do CONTRATO pode também incluir uma reprodução do caderno de encargos completada por todos os elementos resultantes dos documentos referidos nas alíneas a), b), d) e e) do número anterior.

5 – A ENTIDADE CONTRATANTE pode excluir expressamente do CONTRATO os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do CONTRATO não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

6 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

7 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do CONTRATO, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do disposto no art.º 101.º do CCP.

Cláusula 4ª – Prazo de execução

1 – O CONTRATO é assinado por ambas as partes por assinatura digital qualificada, ao abrigo do art.º 94.º, n.º 1 do CCP.

2 – Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem além do seu termo, o CONTRATO vigora pelo prazo de 12 (doze) meses.

3 – O CONTRATO entra em vigor no 2.º dia útil após a data da aposição da última das suas assinaturas, ou da notificação de CONTRATO outorgado por ambas as partes, se esta ocorrer primeiro.

Cláusula 5ª – Local da prestação de serviços

1 – A prestação de serviços será executada nas instalações do ADJUDICATÁRIO ou em locais por este considerados apropriados, sendo os mesmos prestados nos termos das instruções fornecidas pela ENTIDADE CONTRATANTE.

2 – Qualquer que seja o local da prestação dos serviços, o ADJUDICATÁRIO deverá assegurar todas as condições necessárias e suportar qualquer encargo decorrente da deslocação, estadia ou de serviço a prestar pelo recurso ou equipa técnica que for indicada para reuniões de trabalho, cobertura de eventos e iniciativas, conferências de imprensa, recolha de imagens, etc., sempre que a ENTIDADE CONTRATANTE o considere necessário ou o ADJUDICATÁRIO o solicite.

Secção II

Obrigações das partes

Cláusula 6ª – Obrigações principais do ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas no caderno de encargos, nas cláusulas contratuais ou na legislação aplicável, da celebração do CONTRATO decorrem para o ADJUDICATÁRIO as seguintes obrigações principais para com a ENTIDADE CONTRATANTE.

- a) Manutenção das condições de prestação do serviço incluindo as premissas técnicas do mesmo descritas nas especificações técnicas do caderno de encargos;
- b) Comunicação antecipada dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do CONTRATO;
- c) Prestação de forma correta e fidedigna das informações referentes às condições em que é efetuada a prestação do serviço, bem como prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados;
- d) Não ceder a sua posição contratual no CONTRATO celebrado com a ENTIDADE ADJUDICANTE, sem autorização prévia desta;

- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do CONTRATO e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais;
- f) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do CONTRATO, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- g) Comunicar à ENTIDADE CONTRATANTE a nomeação do gestor do CONTRATO, responsável pela sua gestão, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.

Cláusula 7ª – Obrigações da ENTIDADE CONTRATANTE

Constituem obrigações da ENTIDADE CONTRATANTE, e sem prejuízo de outras que estejam previstas no presente Caderno de Encargos:

- a) Fiscalizar o cumprimento do CONTRATO designadamente para apuramento do cumprimento das obrigações contratuais por parte do ADJUDICATÁRIO;
- b) Monitorizar a qualidade da prestação do serviço, e aplicar sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 8ª – Preço Base

1 – O preço base do procedimento é de 29.700,00 € (vinte e nove mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço base mensal máximo de 2.475,00 € (dois mil, quatrocentos e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3 – O preço base constante no número 1 corresponde ao montante máximo que a ENTIDADE CONTRATANTE se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do CONTRATO, incluindo eventuais renovações do mesmo.

Cláusula 9ª – Preço Contratual

1 – Entende-se por preço contratual o preço a pagar, pela ENTIDADE CONTRATANTE, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do CONTRATO.

2 – Pela prestação de serviços, objeto do CONTRATO, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a ENTIDADE CONTRATANTE obriga-se a pagar ao fornecedor o valor contratual de [a preencher com o preço indicado na Proposta], acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 10ª – Revisão de preços

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do CONTRATO.

Cláusula 11ª – Aceitação dos serviços

A ENTIDADE CONTRATANTE após comprovar a total operacionalidade dos serviços objeto do CONTRATO, bem como a sua conformidade com as exigências legais e contratuais, e desde que neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida uma declaração de aceitação, conforme **Anexo II** do Caderno de Encargos, assinada pelos representantes do ADJUDICATÁRIO e da ENTIDADE CONTRATANTE.

Cláusula 12ª – Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pela prestação de serviços, no âmbito do presente CONTRATO devem ser pagas pela ENTIDADE CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhe subjaz.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no final de cada mês, a contar da data da outorga do contrato.

3 – Para efeitos dos pagamentos referidos no n.º 1, em caso de discordância por parte da ENTIDADE CONTRATANTE quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao ADJUDICATÁRIO, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos devidos ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou da correspondente nota de débito/ crédito.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária para o IBAN a indicar pelo ADJUDICATÁRIO.

5 – Não são admitidos adiantamentos de preços por conta de prestações a realizar.

6 – Quando no Programa do Procedimento ou no Convite não tenha sido exigido a prestação, porque o valor do contrato a celebrar é inferior a 500.000,00 €, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar conforme n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

7 – Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da ENTIDADE CONTRATANTE, o ADJUDICATÁRIO tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

8 – Para efeitos do art.º 299.º B do CCP e demais legislação aplicável, o ADJUDICATÁRIO colaborará com o Departamento Administrativo e Financeiro da ENTIDADE ADJUDICANTE, para efeitos de integração e processamento nos sistemas de informação de faturas emitidas de modo eletrónico.

Secção III

Das relações entre as partes no CONTRATO

Cláusula 13ª – Dever de sigilo

1 – O ADJUDICATÁRIO deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente CONTRATO.

2 – O dever de sigilo previsto no número anterior abrange, designadamente, documentos escritos, dados pessoais, desenhos, planos, aplicações e programas informáticos no formato de código fonte ou código objeto, especificações, segredos comerciais, métodos e fórmulas, contratos de financiamento e situações internas, de natureza laboral ou outra.

3 – A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de licenciamento ou qualquer outro uso ou modo de aproveitamento económico, salvo se tal for autorizado expressamente, por escrito, pela ENTIDADE CONTRATANTE.

4 – O ADJUDICATÁRIO só pode transmitir informação confidencial aos seus colaboradores e, em qualquer caso, apenas se ocorrerem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a) Os colaboradores em causa necessitarem de conhecer essa informação, tendo em vista o cumprimento das suas tarefas ao abrigo do CONTRATO;
- b) Os colaboradores estiverem informados sobre a natureza confidencial da informação;
- c) Os colaboradores se obrigarem a cumprir o dever de sigilo emergente desta cláusula.

5 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se a entregar ao gestor do CONTRATO da ENTIDADE CONTRATANTE termo de confidencialidade, conforme **Anexo III do Caderno de Encargos**, devidamente assinado por cada um dos trabalhadores que for alocado à prestação de serviços objeto do CONTRATO.

6 – O ADJUDICATÁRIO é responsável pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos seus colaboradores, qualquer que seja a natureza jurídica do vínculo, inclusivamente após a cessação deste, independentemente da sua causa da cessação.

7 – O ADJUDICATÁRIO é ainda responsável perante a ENTIDADE CONTRATANTE em caso de violação do dever de sigilo pelos terceiros por si subcontratados, bem como por quaisquer colaboradores desses terceiros.

8 – O ADJUDICATÁRIO assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final do CONTRATO, todo e qualquer tipo de registo (digital ou em papel) relacionado com os dados analisados e que o contraente público considere de acesso privilegiado.

9 – Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula a informação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo ADJUDICATÁRIO, bem como a informação que o mesmo seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14ª – Patentes, licenças e marcas registadas

1 – O ADJUDICATÁRIO garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.

2 – São da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

3 – Caso a ENTIDADE CONTRATANTE venha a ser demandada por ter infringido, na execução do CONTRATO, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o ADJUDICATÁRIO terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.

4 – Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços será registado a favor da ENTIDADE CONTRATANTE, em sede de direito de propriedade industrial e/ ou de propriedade intelectual, conforme o caso, ainda que se verifique a cessação do CONTRATO por qualquer motivo.

5 – O ADJUDICATÁRIO obriga-se a colaborar e a prestar assistência à ENTIDADE CONTRATANTE, relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização dos referidos registos.

Cláusula 15ª – Proteção de dados pessoais – conformidade legal

1 – O ADJUDICATÁRIO deverá apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma a que o tratamento de dados satisfaça os requisitos do RGPD – Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados, nomeadamente, através da existência e do cumprimento de um código de conduta ou de procedimento de certificação aprovado conforme referido nos artigos 40.º e 42.º do RGPD.

2 – Constitui obrigação do ADJUDICATÁRIO, em matéria de proteção de dados, nomeadamente:

- a) Tratar dados pessoais apenas mediante instruções documentadas pela ENTIDADE CONTRATANTE, a menos que seja obrigado a fazê-lo por legislação nacional ou europeia, informando nesse caso a ENTIDADE CONTRATANTE desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adotar todas as medidas exigidas em termos de segurança dos dados pessoais;
- d) Respeitar as condições a que se refere a cláusula 17ª para cessão da posição contratual e subcontratação;
- e) Ter em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à ENTIDADE CONTRATANTE, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos de informação, acesso, retificação, apagamento e outros previstos no RGPD;
- f) Prestar assistência à ENTIDADE CONTRATANTE no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança dos dados pessoais, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao dispor do adjudicatário;

- g) Consoante indicação da ENTIDADE CONTRATANTE, apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação nacional ou europeia;
- h) Disponibilizar à ENTIDADE CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela ENTIDADE CONTRATANTE ou por outro auditor por esta mandatada.

3 – Compete ao ADJUDICATÁRIO informar imediatamente a ENTIDADE CONTRATANTE se, no seu entender, alguma instrução violar o presente CONTRATO ou o RGPD ou outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.

Cláusula 16ª – Utilização dos sistemas de informação

Caso a execução do presente CONTRATO implique o acesso às instalações e a utilização dos sistemas de informação da ENTIDADE CONTRATANTE por colaboradores ou subcontratados do ADJUDICATÁRIO, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na ENTIDADE CONTRATANTE.

Cláusula 17ª – Cessão da posição contratual e subcontratação

1 – A cessão da posição contratual e a subcontratação por parte do (s) ADJUDICATÁRIO (s) só é (são) admitida (s) mediante prévia autorização escrita da ENTIDADE CONTRATANTE.

2 – A decisão relativa à autorização prévia da ENTIDADE CONTRATANTE deve ser comunicada no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação das condições contratuais por parte do (s) ADJUDICATÁRIO (s) e da apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário ou subcontratado que tenham sido exigidos ao respetivo cedente ou subcontratante na fase de formação do CONTRATO em causa.

3 – A autorização da cessão da posição contratual ou da subcontratação não exime o (s) ADJUDICATÁRIO (s) de qualquer uma das suas obrigações perante a ENTIDADE CONTRATANTE,

nem pode colocar em causa, em quaisquer circunstâncias, a cabal execução dos respetivos CONTRATOS.

4 – O (s) ADJUDICATÁRIO (s) obriga-se a fazer constar dos subcontratos a obrigação de as entidades subcontratadas executarem as suas tarefas em termos e condições idênticos aos acordados com a ENTIDADE CONTRATANTE.

5 – O (s) ADJUDICATÁRIO (s) deve atuar como e único exclusivo interlocutor com a ENTIDADE CONTRATANTE durante toda a execução do (s) CONTRATO (s), independentemente da relação comercial, ou operacional ou outra que tenha com entidades terceiras.

6 – O (s) ADJUDICATÁRIO (s) obriga-se a dar imediato conhecimento à ENTIDADE CONTRATANTE da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com as entidades subcontratadas no âmbito dos subcontratos e a prestar-lhe toda a informação relativa à evolução dos mesmos.

7 – Se o ADJUDICATÁRIO contratar um subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da ENTIDADE CONTRATANTE, são impostas a esse subcontratante as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no CONTRATO entre a ENTIDADE CONTRATANTE e o ADJUDICATÁRIO, referidas na cláusula 15ª, em particular, a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do presente regulamento.

8 – Em caso de violação das obrigações em matéria de proteção de dados pelo subcontratante, o ADJUDICATÁRIO continua a ser plenamente responsável, perante a ENTIDADE CONTRATANTE, pelo cumprimento das obrigações desse subcontratante.

Cláusula 18ª – Gestão do CONTRATO

1 – No âmbito do presente procedimento, a ENTIDADE CONTRATANTE designa, nos termos do artigo 290.º A do CCP, como Gestor do Contrato, _____, Dr., [Diretor de Departamento], com a função de acompanhar a execução da prestação dos serviços.

2 – A ENTIDADE CONTRATANTE notificará o ADJUDICATÁRIO da data e local de realização da reunião de arranque da execução do CONTRATO.

3 – O ADJUDICATÁRIO deverá igualmente nomear um gestor de CONTRATO com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

4 – O ADJUDICATÁRIO deverá notificar a ENTIDADE CONTRATANTE da identidade do gestor do CONTRATO na reunião de arranque da execução do mesmo.

5 – A ENTIDADE CONTRATANTE pode solicitar, por escrito, a substituição do Gestor do CONTRATO do ADJUDICATÁRIO, desde que a sua pretensão seja devidamente fundamentada e se baseie no incumprimento dos seus deveres funcionais e/ ou perturbe a normal execução do CONTRATO.

6 – As funções do Gestor de CONTRATO podem ser acumuladas com as de representante do ADJUDICATÁRIO, ficando então o mesmo com os poderes necessários para responder perante a ENTIDADE CONTRATANTE pela evolução da execução.

Cláusula 19ª – Execução da caução

1 – As cauções prestadas para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do (s) CONTRATO (s), nos termos previstos no Programa do Concurso, podem ser executadas pela ENTIDADE CONTRATANTE sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, ou incumprimento definitivo das obrigações contratuais ou legais pelo (s) ADJUDICATÁRIO (s), incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do (s) CONTRATO (s) ou da lei.

2 – A resolução do CONTRATO pela ENTIDADE CONTRATANTE não impede a execução da caução nos termos da lei ou do (s) CONTRATO (s).

3 – Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total das cauções constitui o (s) ADJUDICATÁRIO (s) na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da

execução, no prazo de 15 (quinze) dias após notificação da ENTIDADE CONTRATANTE para esse efeito.

4 – As cauções são liberadas nos termos previstos no artigo 295.º do CCP.

Cláusula 20ª – Responsabilidade das partes

1 – Cada uma das partes deve cumprir as obrigações emergentes do CONTRATO e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e da lei.

2 – O ADJUDICATÁRIO é responsável perante a ENTIDADE CONTRATANTE, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas.

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve dar imediato conhecimento à ENTIDADE CONTRATANTE, da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com os terceiros subcontratados em relação com a execução do CONTRATO e prestar-lhe toda a informação relativa à evolução dos mesmos.

4 – A responsabilidade do ADJUDICATÁRIO prescreve nos termos da lei civil.

Cláusula 21ª – Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento do prazo determinado para o início do CONTRATO, a ENTIDADE CONTRATANTE aplicará uma sanção pecuniária de 1% do preço contratual por cada dia de atraso.

2 – Sem prejuízo da responsabilidade sobre danos excedentes e/ ou causados a terceiros, pelo incumprimento grave de obrigações emergentes do CONTRATO de prestação de serviços, a ENTIDADE CONTRATANTE pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento de cada tarefa descrita na cláusula 3ª do **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, a ENTIDADE contratante pode exigir do ADJUDICATÁRIO o pagamento de uma sanção pecuniária de 5% do preço contratual.

3 – Entende-se por incumprimento das tarefas definidas na alínea a) do número anterior a recusa da execução ou a execução defeituosa das mesmas.

4 – Em caso de incumprimento reiterado do definido nos números anteriores, quando o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual, a ENTIDADE CONTRATANTE pode optar pela resolução do CONTRATO.

5 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a ENTIDADE CONTRATANTE decida não proceder à resolução do CONTRATO, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

6 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a ENTIDADE CONTRATANTE tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

7 – A ENTIDADE CONTRATANTE pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo da presente contratação com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

8 – As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ENTIDADE CONTRATANTE exija ao ADJUDICATÁRIO indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22ª – Força maior

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no CONTRATO.

2 – Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.

3 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 – A parte que invocar uma causa de força maior deve imediatamente, informar a outra da respetiva ocorrência e empenhar os seus melhores esforços para limitar as consequências daí decorrentes.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 23ª – Resolução do contrato

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do CONTRATO previstos na lei, bem como de outras situações de grave violação das obrigações contratuais assumidas pelo ADJUDICATÁRIO, a ENTIDADE CONTRATANTE pode resolver o CONTRATO nos seguintes casos:

- a) De incumprimento reiterado pelo ADJUDICATÁRIO das obrigações que decorrem do presente CONTRATO, sem prejuízo da aplicação do artigo 318.º A do CCP;
- b) De incumprimento reiterado das obrigações resultantes do CONTRATO ou a prossecução deficiente do seu objeto por parte do ADJUDICATÁRIO constituem fundamento de resolução por parte da ENTIDADE CONTRATANTE.

2 – O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a ENTIDADE CONTRATANTE pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior.

3 – A resolução do CONTRATO é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.

4 – A cessação dos efeitos do CONTRATO não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.

5 – Em caso de resolução do CONTRATO o ADJUDICATÁRIO é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do CONTRATO e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da ENTIDADE CONTRATANTE.

6 – A resolução do CONTRATO não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 20ª do presente Caderno de Encargos.

7 – Para efeitos da presente cláusula considera-se incumprimento reiterado o não cumprimento reiterado o não cumprimento por parte do ADJUDICATÁRIO das obrigações resultantes do contrato que ocorra 3 (três) ou mais vezes, seguidas ou interpoladas, durante a prestação de serviços.

Cláusula 24ª – Modificação Objetiva do Contrato

Não aplicável.

Cláusula 25ª – Seguros

1 – É da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, no contexto de ações no âmbito do presente CONTRATO.

2 – Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove a elas ter direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.

Cláusula 26ª – Comunicações e notificações

1 – As notificações e comunicações entre as partes no CONTRATO, que não tenham de ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação, devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual da contraparte, identificados no procedimento.

2 – Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes constantes do CONTRATO deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27ª – Contagem dos prazos

Salvo disposição em contrário, os prazos previstos no presente procedimento são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28ª – Legislação aplicável e Foro competente

1 – A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime do Código dos Contratos Públicos, o qual prevalece sobre as disposições que lhes sejam desconformes.

2 – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Anexo I

Especificações Técnicas

Cláusula 1ª – Âmbito dos Serviços

O trabalho de comunicação empresarial a desenvolver deverá versar as componentes abaixo, numa perspetiva de comunicação estratégica e integrada:

- a) Comunicação digital;
- b) Assessoria de Imprensa;
- c) Assessoria de Imagem;
- d) Relações Públicas;
- e) Comunicação de Projetos;

Cláusula 2ª – Objetivos estratégicos a alcançar

O trabalho de comunicação empresarial a desenvolver deverá promover, de forma genérica e transversal o alcance dos seguintes objetivos estratégicos:

- a) Afirmação do posicionamento da ABMG: manter e gerar atenção, contruir notoriedade, aumentar a influência, ser considerada um parceiro estratégico no setor;
- b) Desenvolvimento de novas técnicas de comunicação, novas ideias para promoção da marca;

Cláusula 3ª – Ações a desenvolver

1 – Deverão ser desenvolvidas, entre outras, as seguintes ações:

- a) Aconselhamento na definição de estratégias e planeamento global da comunicação;
- b) Promover a marca nos meios de comunicação social locais, nacionais e de especialidade;
- c) Tornar reconhecidas a missão e forma de atuação da empresa, divulgando iniciativas e investimentos, indicadores de qualidade, nos diversos suportes de comunicação;

- d) Continuar a estratégia com vista a reverter o clima adverso que se faz sentir entre os utilizadores/ consumidores e a Empresa;
- e) Comunicação digital;
- f) Gestão e manutenção das redes sociais existentes e criação de novas se necessário;
- g) Aumentar o número de seguidores nas redes sociais;
- h) Aumentar o número de partilhas entre seguidores das redes sociais;
- i) Aumentar a visibilidade através do alcance orgânico e pago das publicações;
- j) Tornar as páginas apelativas;
- k) Aumentar a dinâmica das páginas de forma coerente e estruturada;
- l) Criar interligações com vários agentes;
- m) Gerir comentários, mensagens e críticas;
- n) Análise de reputação e barómetro de perceção pública;
- o) Monitorização da presença da ABMG no mundo digital e elaboração de relatórios;
- p) Criação de vídeos institucionais que traduzam a cultura da empresa;
- q) Promover a participação em ações de cariz cívico e social;
- r) Incrementar a Responsabilidade Social da empresa, fomentando ações para um maior estreitamento de relações com a comunidade;
- s) Associar-se a eventos com notoriedade;
- t) Campanhas publicitárias de divulgação da marca e/ ou iniciativas concretas através da criação de ideias e conceitos, definição de objetivos, definição da estrutura gráfica do projeto e sua aplicação em diversos suportes e materiais (Roll UP's, Mupi's, Outdoors, folhetos, brochuras, brindes e outros a identificar);
- u) Desenvolver campanhas de sensibilização direcionadas/ específicas;
- v) Difundir mensagens de apelo (em formato vídeo/ fotografia) ao consumo eficiente de água e consciencialização da população do tratamento do saneamento em instalações próprias, as ETAR's e da disponibilização desse serviço, mediante um custo fixo;
- w) Desenvolver suportes de comunicação para projetos e serviços específicos;
- x) Efetuar o levantamento fotográfico e videográfico de obras, iniciativas e eventos, sempre que superiormente seja solicitado;

- y) Propor novas soluções de merchandising institucional e para eventos;
- z) Elaboração de Planos de Comunicação específicos para cada projeto, sempre que necessário para candidatura a Programas de Financiamento;
- aa) Preparação de suportes de comunicação para apresentação de Novos Projetos;
- bb) Comunicação com os media (notas de imprensa, comunicados, informações de agenda, convites e outros);
- cc) Apresentação de um relatório de comunicação anual, com descrição de todas as atividades desenvolvidas;
- dd) Outros a Identificar;

Cláusula 4ª – Meios de comunicação a utilizar

1 – Os meios de comunicação a utilizar no âmbito da prestação de serviços são os seguintes:

- a) Media digitais;
- b) Rádios locais e regionais;
- c) Jornais locais, regionais;
- d) Revistas e jornais de especialidade;

Anexo II

Declaração de aceitação

A ENTIDADE CONTRATANTE ABMG – ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E.I.M., S.A. com sede em Largo do Infantário, n.º 5. Montemor-o-Velho, 3140-258 Montemor-o-Velho, neste ato apresentada por [Nome, CC], na qualidade de Gestor do Contrato.

E

O adjudicatário [Nome da empresa] com sede na _____, neste ato representada por [Nome, CC], na qualidade de _____.

Confirmam total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a conformidade com as exigências legais e contratuais, e não foram detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos do Procedimento _____.

Por ser verdade e por ter sido requerida no Caderno de Encargos a presente declaração segue assinada por ambos os representantes.

... (local), ... (data),

Representante da ENTIDADE
CONTRATANTE

REPRESENTANTE DO
ADJUDICATÁRIO

Anexo III

Termo de Confidencialidade e Ausência de Conflito de Interesses

(Imprimir em papel com o logotipo da empresa)

Considerando que:

A – A SEGUNDA OUTORGANTE foi escolhida para prestar serviços à PRIMEIRA OUTORGANTE, tal como mais detalhadamente se contém no Clausulado do Contrato;

B – Atendendo à missão e aos objetivos de interesse público da PRIMEIRA OUTORGANTE, bem como à prossecução do princípio da igualdade de acesso dos interessados aos procedimentos de formação dos contratos públicos, é essencial à formação da sua vontade de contratar a aquisição dos Serviços, bem como de manter na respetiva prestação, a inexistência, atual ou superveniente, de conflitos de interesse por parte da SEGUNDA OUTORGANTE.

C – Para efeitos da prestação dos Serviços, ou no âmbito desta, a SEGUNDA OUTORGANTE pode ter acesso a Informação Confidencial, entendendo-se como tal todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela PRIMEIRA OUTORGANTE, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos Serviços ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da PRIMEIRA OUTORGANTE, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pela SEGUNDA OUTORGANTE, no âmbito da prestação dos Serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal;

D – Em caso de dúvida, são tratados como Informação Confidencial todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos Serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida, em que a própria PRIMEIRA OUTORGANTE os torne públicos;

I – A SEGUNDA OUTORGANTE declara que a prestação de Serviços não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na prestação dos Serviços, tenha, com qualquer outra entidade. Para os efeitos do presente termo, existirá conflito de interesses sempre que as relações entre a Segunda Outorgante e esta entidade comprometam, real ou potencialmente, a realização do princípio de igualdade entre interessados ou concorrentes e possam determinar a impugnação de concursos ou procedimentos adjudicatórios com fundamento na violação desse princípio.

II – A SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se a usar de um grau elevado de rigor na deteção, avaliação e documentação de situações potencialmente enquadráveis no Ponto I.

III – A SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se a notificar de imediato a PRIMEIRA OUTORGANTE em caso de se verificar supervenientemente qualquer situação enquadrável no Ponto I, bem como a facultar-lhe, mediante solicitação, qualquer informação que esta exija para comprovação do consagrado no Ponto II.

IV – A SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se a:

- 1) Observar absolutos deveres de sigilo e confidencialidade quanto a Informação Confidencial da Primeira Outorgante;
- 2) Proteger a Informação Confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
- 3) Na sua organização interna para a prestação dos Serviços, limitar a comunicação da Informação Confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
- 4) Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absolutos sigilo e confidencialidade em relação à Informação Confidencial;

- 5) Não proceder a qualquer cópia de Informação Confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos Serviços;
- 6) Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela Primeira Outorgante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos Serviços, mesmo que não sejam de considerar Informação Confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Serviços;
- 7) Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidas pela Primeira Outorgante, mesmo que não sejam Informação confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.

V – A Segunda Outorgante obriga-se a não incluir em equipas de trabalho que, eventualmente, venha a constituir para a prestação de serviços com idêntico objeto a entidades terceiras, qualquer dos seus agentes, funcionários ou colaboradores que participem em qualquer das atividades relacionadas com a prestação dos Serviços, ou que, por qualquer outra via, possam ter acesso a dados e informações obtidos exclusivamente pela sua intervenção na referida prestação.

VI – A Segunda Outorgante aceita que, em caso de:

- 1) Falsidade demonstrada na declaração constante do Ponto I; ou
- 2) Grave violação dos deveres assumidos no Ponto II e ausência de comprovação de medidas adotadas para corrigir a situação, para além do prazo que a Primeira Outorgante lhe fixar; ou
- 3) Manutenção de situação prevista no Ponto III, para além do prazo que a Primeira Outorgante lhe fixar para a remediar; ou
- 4) Não cumprimento pontual de qualquer das obrigações que resultam dos pontos IV e V;

Pode a PRIMEIRA OUTORGANTE, independentemente dos termos constantes do CONTRATO, resolver o referido CONTRATO, sem prejuízo da responsabilidade em que incorra perante a PRIMEIRA OUTORGANTE.

VII – A SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se a cumprir pontualmente todas as obrigações previstas nos pontos IV e V por um prazo de 2 anos, a contar da finalização da Prestação dos Serviços.